

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA LICITAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR
PARA O ANO DE 2022 – LINHAS 31 E 32**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo de referência, a contratação de empresa especializada para fazer o transporte de estudantes da Educação Básica das redes Municipal e Estadual de Ensino do Município do Rio Grande, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, com destino às escolas da zona urbana e rural.

2 - DA JUSTIFICATIVA

Os alunos das redes municipal e estadual, residentes na zona rural necessitam de transporte escolar, cabendo então ao poder público municipal esta responsabilidade nos termos da Lei. O Município do Rio Grande não dispõe de frota e motoristas em seu quadro, em número suficiente para atender a esta demanda, bem como não possui quilometragem suficiente nos contratos existentes para cobrirem esta linha, a qual caracteriza-se pela dificuldade no acesso, devido às más condições de acessibilidade, bem como a distância das referidas Escolas e das localidades por onde já trafegam os veículos de transporte escolar, além do aumento no número de alunos residentes nesta localidade, os quais deverão ser transportados, principalmente, para a EEEM LILIA NEVES, localizada na Vila da Quinta, única Escola de Ensino Médio que contempla os alunos da localidade do Taim e seus arredores. Ainda assim, houve um aumento muito grande do número de alunos residentes nas localidades aqui relacionadas, os quais são estudantes das referidas Escolas e, assim, houve a necessidade do aumento da quantidade de veículos disponíveis nestas localidades para a realização do Transporte Escolar destes estudantes e, assim,

3 - DO LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados conforme planilhas de rotas, quantitativos de veículos e itinerários abaixo:

Definições:

LINHA/ROTA: entende-se como rota, o conjunto de itinerários (um ou mais) feito por um ou mais veículos, para atendimento a determinada(s) escola(s).

ITINERÁRIOS: É cada um dos percursos/trajetos feitos por um veículo para atendimento aos estudantes, em uma rota. Um mesmo itinerário pode ser percorrido em vários turnos. Em cada turno os itinerários comportam duas viagens (uma de ida e outra de volta).

17



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

VIAGEM: É cada um dos percursos de ida ou de volta, realizados pelos veículos de transporte, desde um ponto de origem (geralmente o ponto-garagem) até certo destino (geralmente uma escola).

ITEM 1: Linha 31 – Quinta/Lagoa das Flores/Quinta –

ITEM Linha 31	Escolas Atendidas	Tipo de Veículo Quantidade	Lotação Mínima	Monitor	Turnos	Km diários estimados em estradas com pavimento	Km diários estimados em estradas sem pavimento	TOTAL km estimada DIÁRIA	TOTAL km estimada MENSAL
QUINTA LAGOA DAS FLORES	MARIA ANGÉLICA LILIA NEVES	1 (UMA) camionete adequada ao transporte escolar RURAL	7 lugares	NÃO	Manhã e Tarde	60 KM	336 KM	396 KM	8712 KM

TRAJETO TOTAL: 396 KM DIÁRIOS – 8712 KM MENSAIS.
TOTAL DE DIAS LETIVOS ESTIMADOS POR MÊS: 22 DIAS LETIVOS.

Trajetos – Vila da Quinta até a localidade da Lagoa das Flores

Saída da Vila da Quinta até o Siola, Santa Isabel, conduzindo os alunos para a EMEF Maria Angélica Campello, Km 68, Branqueada, Capilha, Ponte Federal, Estância da Lagoa, Curva que vai para a Serraria, até o retorno, indo novamente para a Vila da Quinta. Cada viagem soma 99km e, como são feitas 4 viagens ao dia no mesmo trajeto, as mesmas totalizam 396km diários.

M

ITEM 2: Linha 32 – Quinta/Ponte Federal/Quinta –

ITEM Linha 32	Escolas Atendidas	Tipo de Veículo Quantida de	Lotação Mínima	Monitor	Turnos	Km diários estimados em estradas com pavimento	Km diários estimados em estradas sem pavimento	TOTAL km estimada DIÁRIA	TOTAL km estimada MENSAL
QUINTA KM 68 MAÇARICO PALMARES SANTA ISABEL PONTE FEDERAL NOVA QUINTA	MARIA ANGÉLICA LILIA NEVES BENTO GONÇALVES CORIOLANO BENÍCIO OLAVO BILAC	1 (UM) ônibus	44 lugares	SIM	Manhã e Tarde	260 KM		260 KM	5720 KM

**TRAJETO TOTAL: 260 KM DIÁRIOS – 5720 KM MENSAIS.
TOTAL DE DIAS LETIVOS ESTIMADOS POR MÊS: 22 DIAS LETIVOS.**

Trajeto – Vila da Quinta até a Ponte Federal

Saída da Vila da Quinta até o KM 68, entrando pelas localidades do Maçarico, Palmares, Santa Isabel e Ponte Federal, buscando os alunos que estudam nas Escolas Maria Angélica Campelo e Lilia Neves. Ao chegar na Escola Maria Angélica, são desembarcados os alunos estudantes desta Escola e o trajeto segue até a Vila da Quinta, onde são desembarcados os alunos estudantes da Escola Lilia Neves. Após o desembarque destes alunos, o veículo entra na localidade da Nova Quinta, conduzindo os alunos residentes nesta localidade e estudantes das Escolas: Bento Gonçalves, Coriolano Benício e Olavo Bilac. Cada viagem soma 65km e, como são feitas 4 viagens ao dia no mesmo trajeto, as mesmas totalizam 260km diários.

M

4- DO DETALHAMENTO ESPECÍFICO DO OBJETO



Prefeitura Municipal
do **RIO GRANDE**

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

- 4.1. O Transporte deverá ser exclusivamente escolar, com atendimento a uma ou mais escolas, até o limite de quilometragem diária de cada roteiro. Podendo ocorrer excepcionalmente uma variação de 25% para mais ou para menos, com a devida autorização do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria de Município da Educação, nos casos de alteração de custos de prestação de serviços por redução ou aumento do Km rodado. Dentro deste percentual qualquer dos trajetos poderá ser alterado.
- 4.2. Todos os veículos devem atender às exigências elencadas nos artigos 136 e 137, do CTB, e os motoristas devem adequar-se para o prescrito nos artigos 138 e 145 do CTB, e preencher os requisitos adicionais à carteira de habilitação, como Curso especial (resolução nº 168/04 do CONTRAN).
- 4.3. O serviço contratado estará sujeito a licenciamento pelo município, regido pela Lei nº 6.408, de 15 de junho de 1997, pelo Decreto nº 9.741, de 08 de novembro de 2007 e alterações pelo decreto nº 9.836 de 12 de fevereiro de 2008.
- 4.4. Se no decorrer do ano letivo houver um aumento no número de estudantes a CONTRATADA deverá arcar com a demanda desde que não ultrapasse o limite do número de lugares do veículo, numa mesma viagem e não implique em aumento de quilometragem, podendo completar a lotação conforme forem ocorrendo desembarques.
- 4.5. O veículo não poderá operar com idade de fabricação superior a 20 (vinte) anos, durante qualquer período do contrato, conforme Lei Municipal 8.559/2020.
- 4.6. Os serviços serão executados em turnos alternados, trafegando em estradas pavimentadas ou não, devendo os veículos estar em perfeito estado de uso e conservação e estarem disponíveis para execução dos serviços imediatamente após a comunicação formal da SMEd. Os serviços serão executados nos dias, horários e locais estabelecidos pela CONTRATANTE, podendo haver alteração dos mesmos, desde que haja necessidade e de comum acordo.
- 4.7. Não serão admitidos contratos de comodato ou de locação de veículos.
- 4.8. O veículo deverá estar segurado, na ocasião da contratação e durante todo o contrato, com cobertura que inclua APP (Acidentes Pessoais por Passageiros) e RC (Responsabilidade Civil), a ser renovado e reajustado anualmente.
- 4.9. Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do transporte, daquela Linha, sempre informando ao Núcleo de Transporte Escolar.
- 4.10. A Contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços em perfeitas condições de limpeza, com higienização diária antes e após cada viagem, evitando riscos de transmissão de doenças aos usuários.

11



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

- 4.11. Em caso de situações extremas de surto epidemiológico, epidemias ou pandemias, a empresa deverá adequar-se às medidas de prevenção e aos protocolos emitidos e/ou informados pela Secretaria de Município da Educação.
- 4.12. Os veículos deverão ser submetidos à inspeção inicial e posteriormente, semestral (para veículos com menos de 10 anos) ou trimestral (para veículos entre 10 e 20 anos), pelo Departamento de Trânsito, da SMMUA para verificação dos equipamentos obrigatórios, de segurança, bem como as condições de trafegabilidade do veículo, que expedirá documento comprobatório de inspeção (Lei Municipal nº 7222/2012; Lei Municipal 7362/2013 e Lei Municipal 8.559/2020).
- 4.13. A Empresa contratada deverá estar com a inspeção veicular em dia, no ato da assinatura do contrato ou da assinatura da ordem de início dos serviços.
- 4.14. O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.
- 4.15. O veículo deverá ter identificação com o dístico "ESCOLAR", na forma do CTB, art. 136.
- 4.16. Os veículos deverão atender ao disposto na Portaria do IBAMA Nº 85, de 17 de outubro de 1996, que diz respeito ao controle da emissão de gases poluentes dos veículos que utilizam DIESEL como combustível.
- 4.17. Os veículos deverão atender aos requisitos de acessibilidade, conforme legislação vigente.
- 4.18. O atestado de prestação de serviço será efetuado de acordo com a quilometragem efetivamente rodada no mês.
- 4.19. A fiscalização dar-se-á, principalmente, através das planilhas fornecidas mensalmente pelas escolas, onde deverão constar os dias de efetiva utilização do transporte escolar.
- 4.20. Deverão estar disponíveis, a qualquer tempo, os discos de tacógrafo de todos os veículos, os quais poderão ser solicitados para complementar a fiscalização.
- 4.21. No início da vigência do contrato e no início da vigência de cada prorrogação, a empresa deverá comprovar o vínculo empregatício com cada motorista e monitor relacionados a cada linha do contrato, apresentando a relação e documentos dos mesmos ao Núcleo de Transporte escolar.
- 4.22. A qualquer tempo, durante a vigência do Contrato, poderá haver nova medição de quilometragem, por motivo de mudança de endereço de algum estudante, que afete a quilometragem de forma significativa, para mais ou para menos, incidindo no valor do pagamento mensal.

M



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

5 - DOS RECURSOS HUMANOS:

5.1. Para os condutores serão necessárias as condições estabelecidas na Portaria DETRAN nº 115 de 08/04/2013, no Código de Trânsito Brasileiro, artigos de 136 a 139 e art. 329, no momento da assinatura do contrato.

5.2. Para os (as) monitores(as), será exigido ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e nível de escolaridade correspondente ao ensino médio e curso de transporte escolar relacionado à função.

5.3 O(a) monitor(a) deverá permanecer no veículo durante todo o período de operação, auxiliando no embarque e desembarque dos alunos nos locais indicados, nos pontos

estabelecidos conforme endereço fornecido pelas escolas, zelando pela segurança dos mesmos, e zelando, igualmente, pela vigilância e segurança dos alunos durante o transporte, observando a utilização dos itens de segurança obrigatórios, bem como que os alunos permaneçam sentados durante o percurso e que não sejam transportados de pé.

5.4. O(a) monitor(a) deverá realizar o contato com as famílias dos estudantes para acertos dos horários de embarque e desembarque dos mesmos, além dos acertos de ponto de embarque e desembarque destes.

5.5. Os requisitos referentes aos monitores e condutores deverão ser exigidos no momento da contratação, no início de cada prorrogação do contrato ou sempre que houver substituição dos mesmos.

6 - DAS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO:

6.1. Os serviços serão prestados nos dias letivos previstos no calendário escolar, homologado pela SMEd **e de acordo com a quilometragem necessária** para o atendimento aos estudantes, mensalmente.

6.2. A interrupção dos serviços dar-se-á **nas férias escolares, recessos escolares ou em caso de força maior, bem como em situações de pandemia, onde as atividades presenciais sejam suspensas.**

6.3. O motorista e o monitor deverão prestar serviço devidamente uniformizados e identificados com crachá, indicando o nome da empresa.

6.4. O motorista deverá manter a porta do veículo fechada, durante todo o percurso.

6.5. O motorista e o monitor deverão comunicar à Unidade Escolar e SMEd, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução dos serviços.

6.6. A documentação relativa ao veículo e ao motorista deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.

7- DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. Os serviços serão prestados durante o período letivo, conforme o calendário escolar definido pela SMEd, estimando-se 22 dias letivos por mês e dez meses ao ano.

7.2. Os Km não executados durante o período relativo ao recesso escolar da metade do ano letivo, serão automaticamente descontados.

8 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 meses, a partir da data de assinatura da ordem de início do serviço, podendo ser prorrogado por mais 04 (quatro) períodos consecutivos, desde que mantidas as condições iniciais, nos termos do edital e da Lei 8.666/93 e a critério da contratante.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprir todas as orientações do Contratante para o fiel cumprimento do objeto contratado;

9.2. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização pela Secretaria de Município da Educação, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

9.3. A contratada não poderá substituir o veículo, mesmo que temporariamente, sem a expressa comunicação à Secretaria de Município da Educação.

9.4. A contratada fica obrigada a atender às Unidades Escolares, observando o horário de início e final das aulas, organizando então suas linhas, de forma que os alunos não sejam prejudicados em carga horária, ou seja, deverão ser entregues à escola até o horário do início das aulas, com tolerância máxima de 15 minutos e recolhidos somente após o término das mesmas.

9.5. Constituir-se-ão exceções a estes limites de horários os casos em que as atividades pedagógicas estendam-se após o horário costumeiro; por motivos de dificuldade de tráfego nas estradas ou outros motivos, sempre autorizados pela SMEd e acordado com a empresa.

9.6. Todas as despesas com manutenção de frota, manutenção de funcionários, encargos e tributos a que vier incidir serão de total responsabilidade da Contratada.

9.7. A Contratada deverá orientar os condutores dos veículos, bem como demais funcionários da mesma, quanto à observação concernente ao trato dos alunos, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos.

9.8. A Contratada não poderá transportar alunos, fora do horário das aulas, para qualquer outra atividade, sem autorização da SMEd, que se manifestará no caso de Projetos e Programas onde houver atividades em contra turno. Não poderá ocorrer o transporte de familiares de alunos, salvo nos casos autorizados pela SMEd.

9.9. A Contratada fica obrigada a fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização.

9.10. A Contratada fica obrigada a afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, não deva continuar a participar da execução dos serviços, desde que devidamente justificado.

9.11. Apresentar, em relação aos condutores e monitores, a Certidão Criminal Negativa de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores, com renovação quinquenal.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

10.2. Para auxiliar nos serviços de fiscalização contratual, a CONTRATANTE contará também com os (as) diretores (as) das unidades escolares cujos alunos são transportados.

10.3. Cumprir suas obrigações estabelecidas no contrato.

10.4. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.

10.5. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas aplicando-se, quando for o caso, os devidos fatores de desconto ou adição de valores, conforme quilometragem efetivamente executada.

11- DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito mensalmente, em conta específica da contratada, após a emissão do empenho e mediante a nota fiscal/fatura, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda deste Município ou o que for estipulado no contrato.

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, **após o encerramento do período de realização do serviço**, além da nota fiscal dos serviços as seguintes documentações: 1) Comprovante de regularidade com a Previdência Social (CND), com o FGT (CRF), bem como a apresentação da Guia da Previdência Social (GPS) e da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência (GFIP), com autenticação do Banco receptor, constando os nomes dos empregados alocados para o serviço, sendo que tais documentos deverão corresponder ao mês imediatamente anterior ao da fatura apresentada; 2) documentos relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual, referente ao mês imediatamente inferior ao do pagamento: cópia da folha de pagamento,



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

12.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao **Gabinete de Compras Licitações e Contratos**, da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente a percentual de 5% (cinco) do valor global do contrato, junto à Tesouraria Municipal da fazenda do Município, conforme Lei nº 8666/93, em seu art. 56, parágrafo único.

Parágrafo Primeiro: A garantia será liberada, por ocasião do término do contrato, satisfeitas as exigências contratuais.

Parágrafo Segundo: Em caso de infração contratual ensejado pela contratada, a Garantia descrita nesta cláusula, reverterá aos cofres do Município.

12.2. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato e ser renovada a cada renovação de prazo.

13 - DAS SANÇÕES

À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

14 - DO PREPOSTO

14.1. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela SMEd, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e de documento de identidade.

14.2. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela SMEd, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato.

14.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e sobre todas as questões relativas às funcionalidades do contrato.

15 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Será designado pela SMEd, servidor que ficará responsável pela fiscalização do contrato.

16 – DO LEVANTAMENTO DE PREÇOS

16.1. Será realizado levantamento prévio de preços com possíveis prestadores, para obtenção do preço médio de mercado.

16.2. O valor adotado será o menor valor orçado no processo licitatório.

17. RESCISÃO

17.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do Contrato, como também a declaração de insolvência e abertura de concurso de credores.

17.2. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

17.3. Constituirão motivos para rescisão do Contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

18 – FORO

18.1. As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após sua vigência.

18.2. Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal nº 8666/93 e demais legislações em vigor.

